



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

EVELLIN BARBOSA SILVA DE CASTRO

**ENVELHECIMENTO DO TRABALHADOR, SAÚDE E O ACESSO À
INFORMAÇÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE
INTERVENÇÃO COM O GRUPO DE IDOSOS DO PROGRAMA HIPERDIA DO PSF
IV DE JURUPIRANGA-PB**

**CAMPINA GRANDE – PB
2022**

EVELLIN BARBOSA SILVA DE CASTRO

**ENVELHECIMENTO DO TRABALHADOR, SAÚDE E O ACESSO À
INFORMAÇÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE
INTERVENÇÃO COM O GRUPO DE IDOSOS DO PROGRAMA HIPERDIA DO PSF
IV DE JURUPIRANGA-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Área de concentração: **Serviço Social.**

Orientador: **Prof. Me. Fabrício Rodrigues da Silva**

**CAMPINA GRANDE- PB
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C355e Castro, Evellin Barbosa Silva de.

Envelhecimento do trabalhador, saúde e o acesso à informação [manuscrito] : Um relato de experiência do projeto de intervenção com o grupo de idosos do programa Hiperdia do PSF IV de Juripiranga-PB / Evellin Barbosa Silva de Castro. - 2022.

34 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas , 2022.

"Orientação : Prof. Me. Fabrício Rodrigues da Silva , Departamento de Serviço Social - CCSA."

1. Envelhecimento do trabalhador . 2. Direito à saúde. 3. Acesso a informação. I. Título

21. ed. CDD 362.6

EVELLIN BARBOSA SILVA DE CASTRO

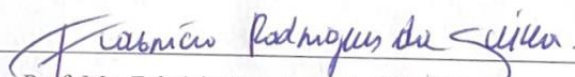
ENVELHECIMENTO DO TRABALHADOR, SAÚDE E O ACESSO À INFORMAÇÃO:
UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE INTERVENÇÃO COM O
GRUPO DE IDOSOS DO PROGRAMA HIPERDIA DO PSF IV DE JURUPIRANGA-
PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Área de concentração: Serviço Social.

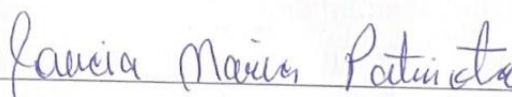
Aprovada em: 30/11/2022

BANCA EXAMINADORA



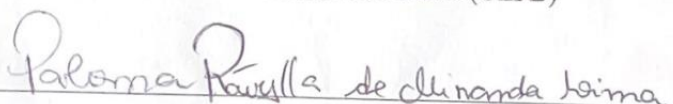
Prof. Me. Fabrício Rodrigues da Silva (Orientador)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Ma. Lúcia Maria Patriota (Examinadora)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Ma. Paloma Rávylle de Miranda Lima (Examinadora)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Aos meus pais e ao meu esposo pela dedicação,
incentivo, apoio e companheirismo, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

À Deus primeiramente, por ter me dado forças durante minha trajetória acadêmica para alcançar a minha formação profissional.

Ao meu querido professor Orientador, Me. Fabrício Rodrigues, pelas orientações concedidas e por todo seu empenho, dedicação e atenção dirigidos a este estudo.

Aos meus pais Eulânio Barbosa e Dilma Generoza, bem como ao meu querido esposo José Lucas, por todo o carinho, incentivo e apoio oferecidos a mim nesta trajetória.

Ao meu irmão, a minha querida avó e aos meus demais familiares que sempre torceram por mim durante o meu trajeto acadêmico.

À minha saudosa banca examinadora, composta pelas professoras Lúcia Patriota, Paloma Miranda e por meu orientador Fabrício Rodrigues por toda atenção, consideração e eficiência na análise do meu trabalho defendido.

À todos os professores do Curso de Serviço Social da UEPB, que durante esses 5 anos contribuíram significativamente para a minha formação profissional, com a partilha de conhecimentos por meio das disciplinas e debates.

Aos meus amigos e companheiros de turma: Thaianne Silva, Ranniele Andrade, Eduardo Mariano, Ana Cláudia, Jacinta Barbosa, Lidiane Freitas e Mikaelle Matias que estiveram comigo durante estes 5 anos de curso, compartilhando momentos e conhecimentos.

Aos funcionários da UEPB, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

Ao ensino superior público e de qualidade que vem resistindo à ataques ao longo dos anos, fazendo o sonho de milhões de jovens brasileiros como eu, de alcançar uma formação profissional, se concretizar.

“Quando compreendemos o que é a condição dos velhos, não podemos contentar-nos em reivindicar uma “política da velhice” mais generosa, uma elevação das pensões, habitações sadias, lazeres organizados. É todo o sistema que está em jogo, e a reivindicação só pode ser radical: mudar a vida.” (BEAUVOIR, 1990, p. 607).

ENVELHECIMENTO DO TRABALHADOR, SAÚDE E O ACESSO À INFORMAÇÃO:
um relato de experiência do projeto de intervenção com o grupo de idosos do
programa HIPERDIA do PSF IV de Juripiranga-PB

Evellin Barbosa Silva de Castro*

RESUMO

Este trabalho dedica-se na área do serviço social, a abordar a temática do envelhecimento, dando ênfase no acesso à informação sobre a política de saúde como direito da pessoa idosa trabalhadora. O trabalho se constitui do relato de experiência da execução do projeto de intervenção intitulado de “Idoso informado é idoso protegido: uma intervenção sobre o direito à saúde e o acesso a medicamentos na secretaria municipal de saúde de Juripiranga”. Tendo como objetivo sistematizar o processo de intervenção realizado, trazendo as contribuições do mesmo e refletindo acerca da temática do envelhecimento e da saúde do trabalhador idoso. O relato está assentado no método do materialismo crítico-dialético de Marx, sustentando assim, uma análise crítica do capitalismo como sistema produtivo, que produz as expressões da “questão social” para os segmentos da classe trabalhadora. Referente a metodologia utilizada, este recorre a pesquisa bibliográfica de natureza exploratória, em obras e estudos de autores e autoras que contribuem para a defesa e sustentação da temática abordada, com o intuito de enriquecer a discussão. Em suma, o relato de experiência apresentado, conquistou resultados por meio das atividades desenvolvidas com o grupo de idosos do programa Hiperdia do PSF IV da cidade de Juripiranga-PB. A intervenção foi constituída por três atividades, que mesmo tendo encontrado desafios, puderam ser efetivadas produzindo efeitos significativos, através da socialização de conhecimentos e informações que tratam de direitos sociais da pessoa idosa, pontualmente do direito à política de saúde e do acesso a medicamentos gratuitos.

Palavras-Chave: Envelhecimento do trabalhador; Direito à saúde; Acesso à informação.

* Aluno de Graduação em Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I.
Email: evellinbarbosa330@gmail.com

WORKER AGING, HEALTH AND ACCESS TO INFORMATION: an experience report of the intervention project with the elderly group of the HIPERDIA program of the PSF IV of Juripiranga-PB

ABSTRACT

This work is dedicated to the area of social work, addressing the issue of aging, with emphasis on access to information on health policy as a right of the elderly worker. The work consists of the experience report of the execution of the intervention project entitled "Informed elderly are protected elderly: an intervention on the right to health and access to medicines in the municipal health department of Juripiranga". Aiming to systematize the intervention process carried out, bringing its contributions, and reflecting on the theme of aging and the health of the elderly worker. The report is based on Marx's method of critical-dialectical materialism, thus sustaining a critical analysis of capitalism as a productive system, which produces expressions of the "social question" for segments of the working class. Regarding the methodology used, this resorts to bibliographical research of an exploratory nature, in works and studies by authors who contribute to the defense and support of the theme addressed, with the aim of enriching the discussion. In short, the experience report presented, achieved results through the activities developed with the group of elderly people from the Hiperdia program of the PSF IV in the city of Juripiranga-PB. The intervention consisted of three activities, which despite having encountered challenges, could be carried out, producing significant effects, through the socialization of knowledge and information that deal with the social rights of the elderly, specifically the right to health policy and access to free medicines.

Keywords: Aging of the worker; Right to health; Access to information.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 ENVELHECIMENTO DO TRABALHADOR IDOSO, PROTEÇÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL	12
2.1 O FENÔMENO DO ENVELHECIMENTO NO BRASIL	12
2.2 A PROTEÇÃO SOCIAL PARA A POPULAÇÃO IDOSA NA ORDEM DO CAPITAL E O SERVIÇO SOCIAL NA AFIRMAÇÃO DOS DIREITOS DESSA POPULAÇÃO	15
3 DETERMINANTES EM TORNO DO ENVELHECIMENTO E A POLÍTICA DE SAÚDE DIRECIONADA À PESSOA IDOSA: O DIREITO A MEDICAMENTOS GRATUITOS COMO GARANTIA CIDADÃ	18
3.1 ENVELHECIMENTO COMO EXPRESSÃO DA “QUESTÃO SOCIAL” E SEUS AGRAVOS NA SAÚDE DA PESSOA IDOSA	18
3.2 GARANTIAS LEGAIS NO ACESSO À POLÍTICA DE SAÚDE E A MEDICAMENTOS GRATUITOS PARA A PESSOA IDOSA	22
4 RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE INTERVENÇÃO “IDOSO INFORMADO É IDOSO PROTEGIDO”	25
5 CONCLUSÃO	35
6 REFERÊNCIAS	38
ANEXOS – FOTOS DA EXECUÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO.....	41

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento no cenário mundial, desde o início do século XX, vem sendo entendido por diversas áreas do conhecimento como um fenômeno social, sabe-se que a população mundial está em sua magnitude alcançando a velhice, entretanto, pouco se tem compreensão das condições concretas do envelhecer da população idosa que constitui a classe trabalhadora.

Estudos da Organização das Nações Unidas (ONU) comprovam que é a primeira vez na história que haverá mais pessoas idosas, maiores de 60 anos de idade, que menores de 15 anos de idade, de modo que a população mundial, no ano de 2050, será composta de, aproximadamente, dois bilhões de pessoas idosas. Diante do exposto, cabe enfatizar que por mais que o envelhecimento seja uma conquista humanitária, é preciso termos a compreensão de que expressiva parcela da população que alcança a velhice, à enfrenta com problemas de saúde e em condições precárias de vida e de trabalho e isso depende, sobretudo, do lugar que elas ocupam na sociedade de classes sociais.

Diante do fenômeno social do envelhecimento, o cenário político é impulsionado a dar respostas as variadas formas de velhices dos cidadãos. Tomando a realidade brasileira como referência, o Estado, a partir da Constituição de 1988, passou a implementar políticas direcionadas ao segmento idoso, ou melhor dizendo, foi somente através da carta magna brasileira que a pessoa idosa passou a ser considerada sujeito de direito.

Muito se foi alcançado por esta população, fato que representou e representa momentos históricos de lutas e resistências, em meio ao curso da política e ideologia neoliberal que a cada passo em rumo afeta às conquistas sociais da classe trabalhadora, impondo retrocessos e destruição de direitos. É diante do exposto que visualizamos a importância de tratarmos da temática do envelhecimento específico da população que vende a sua força de trabalho, que ao chegar à velhice tem suas condições de saúde agravadas e que por determinações sociais não possuem o conhecimento acerca dos fatores que contribuem para a precarização das suas condições de vida e, em muitas das vezes, não possuem conhecimento também acerca dos meios legais de garantir o cuidado com sua saúde, como acesso a medicamentos, consultas médicas, entre outros.

Diante do exposto e a partir das experiências vivenciadas no estágio obrigatório em Serviço Social, realizado na área da saúde, especificamente na Secretaria Municipal de Saúde de Juripiranga, estado da Paraíba, além da realização do projeto de intervenção com o público idoso no mesmo campo de estágio, elucidamos a importância de tomar a temática do direito à saúde para a população idosa que constitui a classe trabalhadora como objeto de análise.

Deste modo, o presente trabalho se constitui do relato de experiência da execução do projeto de intervenção intitulado de “Idoso informado é idoso protegido: uma intervenção sobre o direito à saúde e o acesso a medicamentos na secretaria municipal de saúde de Juripiranga”. Ele dedica-se a problematizar a necessidade do acesso a conhecimentos acerca do direito a saúde e a serviços de saúde para a população idosa, na experiência aqui relatada, do grupo Hiperdia do PSF IV.

No que diz respeito ao objetivo geral, este relato busca sistematizar o processo de intervenção realizado, trazendo as contribuições do mesmo e refletindo acerca da

temática do envelhecimento e da saúde do trabalhador idoso abrigando-se em pensamentos de autores e autoras com o intuito de enriquecer a discussão.

Tendo em vista que a execução do projeto enfatiza que o conhecimento acerca dos direitos sociais existentes na sociedade brasileira, possibilita o próprio acesso efetivo a esses direitos, do mesmo modo que o não conhecimento e a falta de informação contribui no impedimento da pessoa idosa no acesso às políticas sociais, serviços e projetos que constituem direitos legais que afirmam a cidadania deste segmento que recentemente foi inserido no plano político do Estado.

No tangente aos objetivos específicos, procura articular as temáticas do envelhecimento do trabalhador idoso, da proteção social e do serviço social diante da realidade posta pelo capital no cenário brasileiro; aponta argumentos críticos em torno do processo de envelhecimento, da política de saúde para a pessoa idosa e do direito a medicamentos; destaca o relato de experiência do projeto de intervenção “idoso informado é idoso protegido” como contribuição de conhecimento.

A natureza deste estudo caracteriza-se como exploratória, que consiste em explorar a experiência do projeto de intervenção “Idoso Informado é Idoso Protegido: uma intervenção sobre o direito à saúde e o acesso a medicamentos na secretaria municipal de saúde de Juripiranga. O estudo se âncora no método do materialismo crítico-dialético de Marx, portanto, a exploração da experiência se fundamenta na análise crítica do capitalismo como sistema produtivo que produz sobretudo determinações sociais para a classe trabalhadora, que passa a não ter a liberdade de conduzir suas condições objetivas e subjetivas de vida e de trabalho, o que acaba por determinar também a forma como se envelhece.

A teoria social crítica fundada por Marx constitui um pensamento inteiramente revolucionário, seu método materialismo histórico-dialético possibilita a comprovação de que a realidade material é determinada pelas relações sociais da sociedade burguesa, estabelecendo a própria subjetividade dos indivíduos. A crítica que este teórico realiza é de tamanha proporção que traz em evidência as leis e tendências do capitalismo, assim sendo, o método de Marx não deve ser descartado em uma pesquisa social, pois trata da sociedade em sua amplitude:

Cabe insistir na perspectiva crítica de Marx em face da herança cultural de que era legatário. Não se trata, como pode parecer a uma visão vulgar de “crítica”, de se posicionar frente ao conhecimento existente para recusá-lo ou, na melhor das hipóteses, distinguir nele o “bom” do “mau”. Em Marx, a crítica do conhecimento acumulado consiste em trazer ao exame racional, tornando-os conscientes, os seus fundamentos, os seus condicionamentos e os seus limites – ao mesmo tempo em que se faz a verificação (NETTO, 2011, p. 6).

Com o exposto, elucidamos a relevância do relato para compreendemos a realidade social do grupo de idosos integrantes do programa Hiperdia que se levantam como sujeitos deste estudo, que integram o programa de saúde da família (PSF) IV da cidade de Juripiranga-PB, *lócus* da pesquisa. Pois o mesmo abrigado na pesquisa bibliográfica, que significa um rico aporte teórico para a construção da temática tratada, possibilita a sustentação dos argumentos defendidos e a compreensão dos fatos postos durante a execução do projeto de intervenção.

Em suma, este trabalho está organizado em três tópicos, sendo dois teóricos, intitulados de “*Envelhecimento do trabalhador idoso, proteção social e serviço social*” e “*Determinantes em torno do envelhecimento e a política de saúde direcionada à pessoa idosa: o direito a medicamentos gratuitos como garantia cidadã*” e, um item

que apresenta os resultados e discussões, intitulado de *“Relato de experiência do projeto de intervenção idoso informado é idoso protegido.”*

O relato de experiência foi elaborado à partir da execução do projeto de intervenção citado anteriormente, realizado no estágio obrigatório em serviço social na Secretaria Municipal de Saúde de Juripiranga, tendo sido acompanhado por supervisora de campo da instituição que abrigou o estágio obrigatório bem como, por supervisor acadêmico da instituição de ensino superior a que se vincula a discente.

Em sentido de conclusão, o presente trabalho apresenta em suas considerações finais uma síntese do que foi defendido em suas entrelinhas. Afirmando o comprometimento do serviço social com a pessoa idosa trabalhadora que como foi explicitado, por condições históricas e estruturais, tem enfrentado o processo de envelhecimento como uma expressão da “questão social”.

2. ENVELHECIMENTO DO TRABALHADOR IDOSO, PROTEÇÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

No componente teórico, problematiza-se o envelhecimento do trabalhador idoso, a proteção social e o serviço social. Sendo apresentado o processo do envelhecimento no Brasil, enfatizando a questão das classes sociais como determinante da problemática do envelhecimento para o trabalhador idoso, bem como, o estabelecimento da proteção social para este segmento, que só foi possível através de lutas e resistências. Além de apresentar algumas considerações acerca da importância do serviço social na defesa dos direitos da pessoa idosa em sua atuação.

2.1 O fenômeno do envelhecimento no Brasil

Na atualidade, alcançar a velhice tem sido uma possibilidade cada vez mais acentuada, mesmo em países em desenvolvimento, marcados por uma expressiva desigualdade social, ainda que a melhoria das condições de vida e de trabalho substancialmente nesses países, estruturados na sociedade capitalista, sejam disparadamente impossíveis de equipar-se às condições de vida e de trabalho dos países desenvolvidos, tidos como ricos, é possível vislumbrar o processo acelerado de envelhecimento, ainda que diante de realidades de baixo desenvolvimento social e econômico que se tornam empecilhos para uma saúde de qualidade para as pessoas idosas.

Apontamos que o mundo em geral está passando por um envelhecimento populacional, e no caso do Brasil, esse crescimento tem sido consideravelmente avançado, mas cabe salientarmos que a qualidade de vida do segmento idoso em países de economia dependente, em que a ferocidade do capital se torna ainda mais devastadora, é definitivamente restrita às classes abastadas.

Para a população idosa que vive da venda da sua força de trabalho, a velhice é alcançada com limitações e adoecimentos, que sobretudo refletem a trajetória vivenciada por este segmento em todo o seu processo de envelhecimento, este último que constitui toda a trajetória de vida do ser humano em um sistema que reserva para os que são responsáveis por produzir a riqueza social, desigualdade, exploração, expropriação e mazelas sociais. Bem como é colocado pelo comentário tecido:

O envelhecimento reflete o modo como se viveu da infância à vida adulta. Se as condições objetivas e subjetivas de vida possibilitaram suprir as necessidades físicas, psíquicas e sociais de indivíduos e grupos, certamente, estes conseguirão alcançar maior longevidade, a qual pode ser desfrutada com mais saúde e satisfação pessoal. Contudo, o inverso é verdadeiro, na insuficiência de atendimento às condições essenciais à vida, a condição de penúria acentua o sofrimento físico e psíquico, o que pode resultar na interrupção prematura da existência. (ESCORSIM, 2021, p. 234).

É de suma relevância compreendermos que a questão do envelhecimento para a classe trabalhadora em particular, se configura na sociedade capitalista como uma expressão da “questão social”, o que remete atribuir a centralidade da problemática social do envelhecimento do trabalhador, e não uma condição efetiva que atinge todo o grupo etário, de forma igualitária e independente, na medida que a força de trabalho é expropriada e explorada das condições de produção e reprodução social, incluindo o seu próprio tempo de vida. (TEIXEIRA, 2009).

Isto posto, o envelhecimento não se constitui como uma problemática social pelas restrições físicas, fisiológicas ou biológicas do organismo, pelo crescimento demográfico da população idosa, pela restrição de papéis sociais, familiares e trabalhistas. O fator determinante é que a classe trabalhadora é a protagonista da tragédia do envelhecimento, considerando-se a impossibilidade de reprodução social e de uma vida expressa por sentimentos e valores, na ordem da sociedade capitalista, principalmente quando se perde o valor de uso para o capital, em função da expropriação dos meios de produção e do tempo de vida. Desse modo, cabe evidenciar que não é para todas as classes que o envelhecimento resulta efeitos de isolamento, exclusão das relações sociais, dos espaços públicos, da esfera produtiva, política, dentre outras expressões que consolidam o processo de produção de desigualdades sociais. (TEIXEIRA, 2009).

Envelhecer, para o trabalhador, na ordem e no tempo do capital, é ter seu tempo de vida subordinado ao tempo de trabalho, este que diante da conjuntura capitalista acaba por representar um fardo, produzindo para o trabalhador alienação, precarização, adoecimento, dentre outras expressões que refletem as relações de produção no mundo do capital.

A velhice do trabalhador na realidade brasileira é sem sombra de dúvidas, perpassada por grandes contradições, essas que obedecem a lógica do sistema capitalista. É neste sentido que para pensarmos a velhice no Brasil, é preciso compreendermos que a pessoa idosa que passou toda sua trajetória de vida inserida em condições precárias de trabalho, produzindo riquezas sociais que ficam contidas nas mãos dos que detém os meios de produção, são sujeitas à salários mínimos que efetivamente comprovam as desigualdades sociais, são as mesmas pessoas que diante do envelhecimento necessitam da mediação de políticas públicas que amenizem suas condições concretas de vulnerabilidade social devido ao processo de exploração e retirada de direitos aos quais foram submetidas.

O envelhecimento, portanto, na era do capital se constitui como um processo complexo que se assenta nas relações de classes e que sofre múltiplas determinações:

A velhice no Brasil se mostra a partir de uma teia de complexas necessidades humanas que decorrem da sociabilidade do capitalismo e se revelam na relação desigual e hierárquica entre as classes sociais. Essa relação se traduz na subordinação dos trabalhadores aos interesses econômicos e políticos do capital; na concentração de renda vinculada majoritariamente entre aqueles que operam o capital financeiro e na flagrante e abissal desigualdade social que se mostra como uma marca da sociedade classista brasileira. (TORRES, 2020 p. 47).

Como foi abordado, o envelhecimento da população brasileira é no percurso histórico firmado como uma expressão da “questão social”, é evidente que muitas conquistas foram alcançadas por este segmento social ao passar das décadas, mas não se pode encobrir o fato de que os direitos da pessoa idosa e a sua proteção vem sendo afetados pelo avanço da ofensiva neoliberal, que nos últimos 4 anos agregou-se a um cenário político configurado pelo neoconservadorismo e pelo fascismo que não medem esforços para destruir os direitos sociais, como pôde ser expressado através dos retrocessos postos pela reforma da previdência, e em posterior pela política antivacina e pelo negacionismo da ciência que em meio a uma feroz pandemia à nível mundial, se prontificou em desamparar a população idosa, fato que resultou em uma expressiva perda dessa população.

Falas do presidente em meio à pandemia mundial do novo coronavírus, ressaltando que cada família deveria cuidar de seus idosos, retrata o conservadorismo e o processo de familização da velhice que historicamente se tornou naturalizado. A família como instituição social, factualmente ocupou um papel importante no cuidado e na proteção dos membros que a constituem. E no tempo atual, recebeu do Estado atribuições especiais, sendo referenciada em múltiplas legislações específicas, abrigando assim, no espaço das políticas sociais, o cargo de provedora do bem-estar, desse modo, a família se torna a maior responsável pelo cuidado da pessoa idosa, atribuindo um sentimento de solidariedade familiar, que tem como principal consequência, a omissão do Estado como instancia pública que deve atender de forma justa as necessidades de seus cidadãos (COSTA et al. 2017).

Retratamos que com o crescimento da população idosa no Brasil, e diante da condição de adoecimento dela diante todos os condicionantes postos pela sociabilidade capitalista, diversas famílias são responsáveis pelos cuidados com pessoas idosas, cuidado esse que estruturalmente é romantizado, entretanto, deve-se analisar que por traz de uma família cuidadora, existe um Estado que pouco dá respostas às condições concretas da população idosa que necessita de cuidados em saúde integralmente. É neste sentido que abordamos o pensamento:

Com o envelhecimento da população brasileira, as famílias se veem desafiadas a decidir sobre as formas de garantia do cuidado às pessoas maiores de 60 anos. Estas, por sua vez, se deparam com alterações físicas e psicológicas em si próprias, mudanças nas suas possibilidades de atuação na sociedade capitalista, especialmente no que se refere ao seu lugar na estrutura comunitária e familiar. (COSTA et al. 2017, p. 54).

Com o exposto, elucidamos que diversas famílias carregam sozinhas uma responsabilidade que não é apenas sua, expressando o recorrente processo de familização da velhice, que se apresenta na realidade brasileira como uma expressão da ofensiva neoliberal que cria impedimentos para a concretização de políticas sociais públicas direcionadas à saúde da população idosa.

Em um Brasil que encontra-se em situação de barbárie, fica lúcido que a vida do trabalhador idoso nunca importou para o Estado como esfera imersa em contradições, por um lado financia a rede privada, fazendo pacto com o próprio capital e por outro lado, devido ao agravamento das condições concretas de vida e de trabalho dos trabalhadores envelhecidos e empobrecidos que passam a reivindicar melhores condições sociais, implementa políticas sociais públicas para combater e controlar possíveis revoltas que coloquem a sua ordem em possível declínio.

O envelhecimento como fenômeno social deveria ser considerado como uma conquista humanitária, entretanto, na égide do capital, para as classes que vivem da venda da sua força de trabalho, este processo se torna muitas vezes uma fase etária temida. Existem preconceitos e paradigmas estruturais a cerca da velhice que giram principalmente em torno da saúde da pessoa idosa, no pensamento popular é recorrente a ideia de que o/a idoso (a) é naturalmente atingido por doenças e que por consequências dessas, fica em isolamento e em dependência da família.

A questão do adoecimento e da dependência dos cuidados familiares são fatores que atinge abrangentemente o trabalhador idoso, entretanto este fato não é regra para toda população idosa, e não possuem aspectos apenas biológicos. Pouco é disseminado na sociedade o fato de que é justamente para a população pobre envelhecida que o adoecimento se torna periódico e que ele possui estreita relação com determinantes sociais, econômicos, políticos e culturais.

2.2 A proteção social para a população idosa na ordem do capital e o Serviço Social na afirmação dos direitos dessa população

Portanto, podemos compreender que a velhice do trabalhador necessita de atenção, devendo ser colocada na pauta de discussões da formação da agenda de políticas públicas, em especial da política de saúde, haja vista que considerável parte da população idosa utiliza recursos dessa área. Entretanto, o envelhecimento como fenômeno social que tem se ampliado no Brasil, se constitui como um desafio para as políticas sociais, tendo em vista que na atual conjuntura de intensificação da ideologia neoliberal, a importância dada ao social e neste caso a questão do envelhecimento do trabalhador é expressivamente mínima, obedecendo a dinâmica de um Estado burguês, que é máximo para o capital e mínimo para o social. Assim como é bem tecido pelo comentário:

O envelhecimento acelerado da população tem trazido um enorme desafio para a gestão pública brasileira, qual seja o de pensar, elaborar e implementar programas direcionados aos idosos. Esse desafio se torna ainda mais intenso no contexto atual de minimização do papel do Estado, ou, dito de outra forma, de alteração do seu papel de provedor para o de regulador dos serviços sociais. O Estado, diante da crise, tem se afastado dos compromissos sociais assumidos na Constituição Federal de 1988, fruto de muitas lutas sociais, ao mesmo tempo em que tem privilegiado as necessidades do capital, em especial as do capital financeiro. Dessa forma, a ausência ou insuficiência de programas e projetos e, por que não dizer, de efetivas políticas públicas voltadas aos idosos, faz parte desse processo, sendo uma de suas consequências. (SANTANA, 2012, p. 89).

Bem como foi posto, podemos compreender que o Estado diante da problemática do envelhecimento que expressa sobretudo a desvalorização dos velhos trabalhadores empobrecidos, tem respondido por meio de políticas de seguridade social que na realidade do Brasil que se configura como um país de capitalismo dependente, não efetivam a garantia do mínimo necessário à reprodução da vida a um segmento social expressivo da população. (ALVES, 2016).

Cabe enfatizarmos ainda, na perspectiva do envelhecimento do trabalhador idoso diante da ofensiva neoliberal, o que Debert (1999) aborda como um processo de reprivatização do envelhecimento, que significa a condição em que a pessoa idosa passa a difundir modos específicos de vida, comportamentos, atitudes, modos de pensar essa etapa da vida como prazerosa, de realizações e como sujeitos ativos, autônomos e independentes, o envelhecimento passa a ser compreendido como uma fase que deve ser bem sucedida, e essa bem-sucedida depende do indivíduo idoso, o principal responsável por manter seu bom, saudável e progredido envelhecimento. Assim, a reprivatização da velhice coloca o idoso como sujeito individual que deve se engajar e manter uma disciplina, além de manter os preceitos médicos, sociais e estéticos para transformar sua velhice em sua melhor fase.

Conseqüentemente, no processo de reprivatização do envelhecimento, a responsabilidade individual se sobrepõe às responsabilidades das políticas públicas, a pessoa idosa passa a se responsabilizar por sua condição de velhice, os direitos dos idosos vão sendo assim desvinculados e a velhice se torna uma questão passível de escolha pessoal.

Compreendemos que mesmo diante do cenário atual, imerso por desafios, em que o desmonte das políticas públicas é alarmante e preocupante, é comprovado as

conquistas do segmento idoso no Brasil, toda a implementação dos serviços direcionados às pessoas idosas é fruto também, do movimento de reivindicação para que sejam reconhecidas como sujeitos políticos. A própria criação de políticas e serviços que atendam as demandas dos trabalhadores envelhecidos afirma que a sociedade do capital é contraditória, que a mesma produz desfechos negativos para aqueles que passaram todo seu tempo de vida contribuindo para a lucratividade do capital, e somente através de lutas e resistências que as sociedades alcançam espaço no cenário político.

É importante ressaltar que no cenário brasileiro a construção das políticas sociais direcionadas ao segmento idoso consideram algumas características fundamentais que expressam a realidade desta população, como o envelhecimento associado à pouca ou nenhuma condição econômica de parte da população idosa para manter suas necessidades de subsistência de forma autônoma; o fato da permanência dessas pessoas executando funções de trabalho exaustivas e com baixa remuneração, causando o adoecimento pelo trabalho; e a degenerescência da velhice, resultando na necessidade de se estabelecerem rotinas de cuidados que podem ser no âmbito familiar ou institucional. (TORRES, 2020).

O envelhecimento efetivamente desde a consolidação da Constituição Federal de 1988 vem ganhando espaço no cenário político. Sabe-se que após o processo de redemocratização do país que desaguou em um movimento de ganhos sociais para as classes subalternas, teve-se em contrapartida o movimento de abertura da política neoliberal nos anos 1990, os direitos sociais garantidos em lei portanto diante desta conjuntura, vão servir como mediadores de contradições e desigualdades, Faleiros (2007, p. 49) bem aborda a questão do sentido da proteção social na sociedade capitalista:

A sociedade só se torna menos injusta se houver efetividade do pacto na redução das desigualdades e das iniquidades. Nesse sentido, a proteção social implica uma dinâmica permanente (ou permanência de uma dinâmica, mesmo paradoxal) de contratualização dos atores e agentes sociais para garantir e efetivar direitos estabelecidos.

Mesmo que exista um distanciamento real do que está regido em lei para o que concretamente é efetivado em prática, toda as conquistas da população brasileira, dentre elas as conquistas da pessoa idosa devem ser consideradas, mantidas e ampliadas. Sabemos que não se pode ter capitalismo sem desigualdades, exploração e expropriação e é justamente tendo esta convicção que as forças sociais e políticas comprometidas com a classe trabalhadora que é a responsável por produzir as riquezas sociais que mantém o funcionamento da sociedade capitalista em vigor até os dias hoje, deve pressionar, reivindicar e persistir na consolidação de um aparato legal que atue na proteção dos direitos das massas. Assim, podemos afirmar a relevância da proteção social em meio aos ataques do capitalismo:

A proteção social visa à vida digna, com redução das incertezas e inseguranças provenientes da própria desigualdade capitalista, dos ciclos familiares e individuais e dos conflitos sociais com a satisfação das necessidades fundamentais dentro de um padrão normativo democrático de cidadania. (FALEIROS, 2007, p. 50).

Em consideração ao exposto, elucidamos a necessidade mais do que nunca, diante todos os retrocessos e diante de todas as ofensivas sofridas no campo das políticas sociais no Brasil, a necessidade de avançar na proteção do segmento idoso.

O Serviço Social como profissão comprometida com as demandas da classe trabalhadora, atua nos mais diversificados espaços sócio-ocupacionais no atendimento da pessoa idosa, trabalho este que tem por fundamento a afirmação dos direitos humanos, sociais e políticos e que comprova a importância do papel das políticas, serviços e projetos na área da proteção social do trabalhador envelhecido:

A proteção social na velhice é composta de um sistema, formado por políticas intersetoriais, que deve fazer parte da agenda governamental, de responsabilidade pública, relacionada aos direitos humanos e sociais. Deve ser idealizado a partir de um diagnóstico que identifique a condição social dos/as idosos/as, com vistas a estabelecer ações e atender às necessidades dessa população. (TORRES, 2020, p. 55).

É neste sentido que os assistentes sociais no comprometimento com a proteção dos direitos da pessoa idosa, vai adquirindo sua maturidade intelectual, consolidando o exercício profissional em uma perspectiva teórico-prática e teórico-crítica, na solidificação de ações consubstanciadas pelo diagnóstico da vida social e suas contradições, reconhecendo a população idosa em uma perspectiva de classe, identificando necessidades e estratégias de resistência e, sobrevivência deste segmento. (TORRES, 2020).

O Assistente Social em consonância com o projeto ético-político profissional do serviço social, deve em sua atuação com a pessoa idosa nos espaços sócio-ocupacionais, instigar a essa população na defesa de seus direitos sociais, pois é comprovado a destruição do social na ordem do capital, o que nos exige criar possibilidades e dar respostas capazes para enfrentar os ataques levantados contra os trabalhadores envelhecidos, como é tecido a seguir:

O trabalho do assistente social que tem como norte o projeto ético-político Profissional e o projeto da reforma sanitária apresenta como demandas: democratização Do acesso as unidades e aos serviços de saúde; estratégias de aproximação das Unidades de saúde com a realidade; trabalho interdisciplinar; ênfase nas abordagens Grupais; acesso democrático às informações e estímulo à participação popular. (BUENO, 2019, p. 3).

Em síntese, o trabalho do Assistente Social com a pessoa idosa no cotidiano profissional, deve ser comprometido com a educação em saúde, pautando-se em levar conhecimentos para esse público que historicamente vem sofrendo com o acesso à informação, fato que prejudica o conhecimento da política de saúde por parte da pessoa idosa, é neste sentido que afirmamos que o serviço social pode ser um forte instrumento que leva a educação em saúde para o segmento envelhecido que compõe às classe subalternas.

3. DETERMINANTES EM TORNO DO ENVELHECIMENTO E A POLÍTICA DE SAÚDE DIRECIONADA À PESSOA IDOSA: O DIREITO A MEDICAMENTOS GRATUITOS COMO GARANTIA CIDADÃ

Neste item teórico, aborda-se alguns elementos que são necessários para compreender o processo de envelhecimento no capitalismo, que por sua vez, sofre determinações sociais, econômicas, culturais e políticas, o que faz da velhice um processo não homogêneo, mas profundamente heterogêneo e determinado pelo fator condição de classe social. O envelhecimento para o trabalhador na sociedade capitalista se torna uma problemática social, sendo recorrente a condição de adoecimento nesta etapa da vida, daí a importância também de recuperarmos o aparato jurídico-social que possibilita o acesso da pessoa idosa a política de saúde, o que inclui, o acesso a medicamentos gratuitos assegurados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), como elemento indispensável na garantia de uma melhor condição de vida para a pessoa idosa que sofre de doenças crônicas.

3.1 Envelhecimento como expressão da “questão social” e seus agravos na saúde da pessoa idosa

Para pensarmos o envelhecimento é de suma importância compreendermos que a velhice deve ser tomada como um processo biológico, social, psicológico e cultural, e que na dinâmica da sociedade capitalista, o envelhecimento é colocado como apenas uma fase etária da vida humana, um período em que o indivíduo se encontra em sua maior fragilidade, sendo considerado pelo capital como improdutivo e incapaz para gerar lucratividade. Portanto, a velhice é de forma ideológica transformada pela sociedade capitalista em um processo negativo, uma fase que se resume em adoecimento e inutilidade.

Beauvoir (1990) em sua ampla obra sobre a velhice, retrata que como em todas as situações humanas, a velhice tem dimensão existencial, ela modifica a relação do indivíduo com o tempo, com o mundo e com sua própria história. Portanto, afirmamos a importância de pensarmos a velhice como categoria histórica, que vai além da condição biológica, possuindo também valor social, cultural e psicológico, que inserida em um dado tempo histórico, diante de uma sociabilidade específica, exerce influência em todas as dimensões da vida dos indivíduos.

Beauvoir (1990) evidencia a velhice como uma categoria que expressa a luta de classes sociais e a relação de poderes. “Até o século XIX, nunca se fez menção aos 'velhos pobres'; estes eram pouco numerosos e a longevidade só era possível nas classes privilegiadas; os idosos pobres não representavam rigorosamente nada” (BEAUVOIR, 1990). Portanto, é preciso entendermos que a velhice historicamente nasceu no seio de uma classe privilegiada, marcando uma desigualdade social, em que do outro lado, é reservado para a classe trabalhadora uma drástica exploração do trabalho que traz consequências para todas as esferas da vida do pobre trabalhador, sendo este por um longo período, impedido de alcançar a velhice sob condições dignas.

A velhice historicamente foi desvendada no seio da classe burguesa, o trabalhador idoso por muito tempo permaneceu restrito de seus direitos, não tendo o reconhecimento de sua velhice como uma categoria particular, ou seja, a velhice para aqueles que vivem da venda da sua força de trabalho, só foi percebida através de um longo processo histórico, marcado por lutas e reivindicações desses grupos oprimidos

socialmente. Assim, a velhice pode ser entendida como um processo que possui estreita relação com as categorias trabalho e sociabilidade. Sendo notada em determinado contexto histórico de transformações no mundo do trabalho, que trouxe à tona as desigualdades sofridas pelos trabalhadores idosos, exigindo respostas do Estado para suas demandas.

Sinalizamos a importância de compreendermos a velhice como uma categoria que sofre diversas determinações, situada em um dado tempo histórico, que possui configurações complexas, se tornando uma categoria heterogênea. Como evidencia o Faleiros (2014, p.6):

Ao se falar em velhice é preciso olhar a complexidade desse campo e suas múltiplas determinações nas relações com a demografia, com as perdas biológicas, de funcionalidade, e sociais, no processo de trabalho, de trocas em diversos âmbitos (família, amigos, gerações, cultura), e de estilos de vida.

A velhice é considerada para muitos estudiosos na atualidade, como uma fase que se distancia daquela defendida por muito tempo como terminal da vida, a velhice vai tomando espaço na sociedade, sendo vista como um processo de vida individual e coletiva, ou seja, a velhice vai sendo entendida na sua heterogeneidade por cada indivíduo que a vivência e na sua relação com os outros sujeitos e nas influências sofridas pelas correlações de poder existentes na dinâmica social. É neste sentido, que a gerontologia crítica como a ciência que se dedica ao estudo da velhice e do envelhecimento trata dessas categorias de forma a desconstruir preconceitos e perspectivas homogeneizantes:

Na visão gerontológica crítica a velhice é entendida, não como fase terminal da vida, ou com o segmento isolado, mas como um processo e resultado da vida individual e social e de suas desigualdades nas relações e práticas estruturadas no processo de correlação de forças (FALEIROS, 2014, p. 7).

Mas, em contrapartida, ainda é muito recorrente a ideia de que a velhice é algo que deve ser enfrentado e superado, principalmente por estarmos diante de uma conjuntura de intensificação da ideologia neoliberal, e de tempos de alargamento do conservadorismo no Brasil. O Estado vem continuamente se desresponsabilizando da implementação de políticas sociais, fato este que agrava as condições concretas de vida dos indivíduos e quando se trata da pessoa idosa, este agravante é ainda maior, pois a maioria dos idosos envelhecem em situação de vulnerabilidade social e de adoecimento.

As autoras Soares, Poltronieri e Costa (2014), elucidam que na realidade brasileira, o Estado tem se recusado da sua responsabilidade com as pessoas idosas e transferido essa responsabilidade para o setor privado, não se tem um Estado que cumpra efetivamente com a elaboração de políticas sociais, pelo contrário, se verifica um descontínuo processo de sucateamento principalmente das políticas de seguridade social e a população idosa se encontra nesta conjuntura, desprovida de um aparato estatal que lhe garanta condições dignas de vida.

As referidas autoras colocam que o envelhecimento populacional em perspectiva mundial, marca a contemporaneidade como a maior conquista alcançada pela humanidade, estudos comprovam que no marco do ano de 2050, a população mundial será composta em sua maioria por idosos, entretanto, na dinâmica do sistema capitalista, essa população não possui um espaço privilegiado e de proteção social, sobretudo, quando observamos a situação dos países de capitalismo dependente.

Há uma cultura que enaltece a juventude principalmente pela sua relação com o consumo, já para os trabalhadores envelhecidos, se tem uma contínua desvalorização, por serem tomados como uma categoria populacional incapaz de permanecer inserida com sua força de trabalho na produção. O capital contribui para a manutenção do estereótipo de pessoas “cansadas” e improdutivas e assim se desresponsabiliza pelas mesmas.

Na atualidade, o capitalismo tem articulado toda uma padronização da velhice, como se o idoso devesse seguir um modelo, e quando isto não acontece, o mesmo está fora do padrão estabelecido como o “adequado” e “perfeito”. A indústria capitalista tem se dedicado à nichos de mercado direcionados a pessoa idosa com o intuito ideológico de negar a velhice, assim, o envelhecimento vai se tornando um processo negativo, em que o idoso deve utilizar de meios estéticos e cirúrgicos para diminuir as expressões naturais do processo de envelhecimento, quando na maioria dos casos, muitos idosos não possuem condições financeiras nem para garantir uma alimentação saudável e cuidados com a saúde.

Cabe evidenciarmos o documento elaborado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) intitulado de “Envelhecimento ativo: uma política de saúde” (2005), que representa uma política de saúde preventiva que visa incentivar a população idosa a se manter saudável, autônoma e independente. Entretanto, essa política acaba por considerar o envelhecimento sem contextualizá-lo das relações de diferença de classes sociais existentes entre as pessoas idosas.

Ela possui a perspectiva de uma imagem positiva do envelhecer, afirmando que o envelhecimento saudável é resultado de um processo que envolve o reconhecimento dos direitos humanos, da autonomia, da participação e de políticas sociais efetivas desde a primeira infância. (SOARES; POLTRONIERI; COSTA. 2014, p. 142).

É preciso termos a compreensão de que para a classe que vive do trabalho, o processo de envelhecimento acaba por expressar toda uma trajetória de exploração e desigualdade vivenciadas pelo trabalhador, que, ao alcançar a velhice, sofre ainda mais com as consequências de todo esse processo. É neste sentido que compreendemos que o documento “Envelhecimento ativo: uma política de saúde”, acaba por generalizar a velhice, não considerando a heterogeneidade de cada velhice, as determinações impostas pela lógica do capital sobre a vida do trabalhador, que ao alcançar a velhice passa a sofrer com o adoecimento físico e mental que foram consequências das suas relações de vida e de trabalho na sociedade capitalista.

Para pensarmos a configuração das políticas sociais no Brasil direcionadas ao trabalhador idoso, é preciso primeiramente entendermos que o envelhecimento na conjuntura atual se configura como uma expressão da “questão social”. A questão social por sua vez é apreendida como um conjunto que expressa as desigualdades sociais em um cenário em que o trabalho se torna cada vez mais coletivo, mas sua apropriação se torna exacerbadamente privada, restrita à classe dominante, é neste sentido, de forma efetivamente contraditória que o Estado entra em cena, construindo políticas sociais como mecanismos que atuam no enfrentamento e controle destas expressões da “questão social”.

Mas evidentemente de forma branda, com o intuito de conter as insatisfações da população, controlando possíveis revoltas de grupos sociais, de forma a manter a ordem do grande capital. O Estado desse modo, não considera o envelhecimento como uma conquista.

Portanto, podemos compreender que existe um pacto entre o Estado e o sistema capitalista, e tomando como referência o estágio neoliberal que vigora na atualidade, possuindo raízes conservadoras, o social sempre fica em condição de detrimento do capital, este que tem se voltado para explorar cada vez mais a população idosa, que em sua maioria, continua submetida às relações fragilizadas de trabalho mesmo após a aposentadoria, pois está se torna insuficiente diante das necessidades para manter a sobrevivência, principalmente quando o idoso é a maior fonte de renda familiar.

As autoras Santos e Nascimento (2020, p.169) retratam este processo de alargamento da exploração do capital sobre o trabalhador idoso.

O capital está conseguindo explorar a força de trabalho das pessoas longevas, buscando aumentar o tempo da população economicamente ativa (tempo útil de vida no trabalho, com o aumento da idade mínima para a aposentadoria em todo o mundo), como também criando e explorando novos nichos de mercado voltados para esta população enquanto consumidora.

Bem como é evidenciado, não são poucas as artimanhas utilizadas pelo capitalismo para ampliar a exploração das pessoas idosas e uma dessas artimanhas, como é colocado pelas autoras, trata justamente de aumentar a idade mínima para a aposentadoria. Na realidade brasileira, este processo tem se constituído historicamente através das contrarreformas que alteram os direitos previdenciários desde a década de 90, cuja destruição dos direitos sociais ganhou novas faces através da contrarreforma da previdência social aprovada no ano de 2019 pelo Governo Bolsonaro (2019-2022), estabelecendo institucionalmente o envelhecimento como algo negativo, que afeta os cofres públicos e que portanto, deve ser “controlado” através do aumento da idade mínima para a aposentadoria, impedindo que muitos contribuintes gozassem, sobretudo, do direito a aposentadoria.

Portanto, como já foi abordado anteriormente, o envelhecimento para o trabalhador na sociedade capitalista se torna uma problemática social, fato este que afeta todas as esferas de vida da pessoa idosa, tendo grande desfecho na condição de saúde desta. É neste sentido que sinalizamos que a condição de adoecimento é muito recorrente para a pessoa idosa que compõe a classe trabalhadora, fato este que expressa as condições precárias de trabalho a que estes trabalhadores sempre foram expostos, e que traz desdobramentos para todas as esferas da vida do trabalhador, impulsionando o adoecimento na velhice.

Na atualidade, diversas pesquisas e estudos que tratam do envelhecimento de desenho epidemiológico, acabam de forma recorrente enfatizando o aparecimento de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão, sem a devida consideração às condições de vida e de trabalho que o idoso vivenciou durante toda sua trajetória desde o seu nascimento. Ou seja, para se compreender a condição de adoecimento da pessoa idosa, é preciso enxergarmos o envelhecimento como um processo que se inicia desde o nascimento da criança e que, portanto, sofre diversas interferências durante a jornada de vida e de trabalho que o indivíduo percorreu até chegar a velhice (PAIVA et al. 2021).

É neste sentido que compreendemos que na sociedade atual, a ideia de que a velhice é “o tempo do adoecimento” é demasiadamente naturalizada. Assim, se faz necessário pensar o processo de envelhecimento dos seres humanos como algo que sofre influência de fatores econômicos, sociais, políticos, culturais, entre outros, que se tornam determinantes para as condições de saúde na velhice.

Na realidade brasileira a problemática do adoecimento da pessoa idosa tem se tornado um alarmante para a política de saúde, esse segmento tem sido acometido principalmente por doenças crônicas que expressam os fatores prejudiciais à saúde a quais foram expostos ao longo da vida. É diante desta situação que a política de saúde se torna primordial para a pessoa idosa em condições de adoecimentos, que enfrentam na velhice os desdobramentos de suas trajetórias de vida e de trabalho na dinâmica da sociedade capitalista (PAIVA et al. 2021).

3.2 Garantias legais no acesso à política de saúde e a medicamentos gratuitos para a pessoa idosa

A partir do que discutimos anteriormente, elucidamos a importância das políticas sociais de promoção e prevenção em saúde para a pessoa idosa pertencente a classe trabalhadora. Compreendemos que os desafios são grandes para que a população idosa no Brasil tenha a garantia de seus direitos diante o alargamento da ofensiva neoliberal que se prontifica em destruir direitos sociais alcançados ao longo dos anos através de lutas e resistências e é justamente diante deste cenário, que se faz necessário a defesa dos direitos alcançados pelo segmento idoso na sociedade brasileira.

A pessoa idosa no Brasil possui um aparato sociojurídico específico para a garantia de seus direitos, em 1994 foi promulgada a Política Nacional do Idoso que ficou conhecida por PNI (Lei N.º 8.842/94), sendo considerada como um marco para o segmento idoso e para a população brasileira em geral, considerando de que todos os indivíduos estão em processo de envelhecimento. A PNI se fundamenta em assegurar os direitos sociais da pessoa idosa, promovendo sua autonomia e participação na sociedade, além de afirmar o ideário de cidadania, compreendendo a pessoa idosa em sua perspectiva biológica, subjetiva, educacional e social, tendo como princípio a promoção da qualidade de vida deste segmento.

É importante elucidarmos que a população idosa no Brasil possui o “Estatuto do Idoso”, Lei N.º 10.741/2003, que recentemente, foi alterado, sendo rebatizado como “Estatuto da Pessoa Idosa”, por meio da Lei N.º 14.423/2022, que visa a afirmação da igualdade de gênero no uso da língua portuguesa. A promulgação do referido Estatuto preconiza a melhoria de vida para alcançar o envelhecimento digno. Este documento reforça as diretrizes propostas na Política Nacional do Idoso e incorpora novos elementos, ampliando o conjunto de direitos da pessoa idosa.

O Estatuto da Pessoa Idosa em seu Art. 2º afirma que o/a idoso/a goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, assegurando-se-lhe por lei ou outros meios todas as oportunidades e facilidades para a prevenção de sua saúde física e mental, bem como seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. O documento afirma sobretudo o direito à vida da pessoa idosa. Em seu Art. 9º, preconiza que é obrigação do Estado garantir à pessoa idosa a proteção à vida e a saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade.

O direito à saúde da pessoa idosa se constitui como um direito fundamental, é neste sentido que compreendemos que o segmento idoso é expressivamente acometido por doenças crônicas, necessitando de serviços e ações destinadas à sua saúde. O Art. 15 do Estatuto da Pessoa Idosa trata do direito à saúde, afirmando que:

É assegurada a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em

conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos. (BRASIL, 2003, Art. 15).

Enfatizamos a importância do sistema integrado de saúde conformado em redes e a sua materialização efetiva nos territórios:

As Redes de Atenção à Saúde caracterizam-se pela formação de relações horizontais entre os pontos de atenção com o centro de comunicação na Atenção Primária à Saúde (APS), pela centralidade nas necessidades em saúde de uma população, pela responsabilização na atenção contínua e integral, pelo cuidado multiprofissional, pelo compartilhamento de objetivos e compromissos com os resultados sanitários e econômicos. (BUENO, 2019, p. 5).

Em relação à pessoa idosa, para o seu cuidado em conformidade com os princípios constitucionais que regem SUS, a rede de serviços de atenção à saúde do idoso vem se organizando de maneira a proporcionar a atenção integral, que se inicia pela organização do processo de trabalho na rede básica, e soma às ações em outros níveis assistenciais, compondo o cuidado à saúde. Assim, destacamos a importância do direcionamento integrado do SUS à saúde da pessoa idosa trabalhadora, que severamente vem sofrendo com doenças crônicas (BUENO, 2019).

A pessoa idosa na realidade brasileira também tem o acesso garantido pelo Poder Público ao fornecimento gratuito de medicamentos, especialmente os de uso continuado, assim como próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação e reabilitação (BRASIL, 2003, Art. 15. § 2º). Enfatizamos que a garantia de medicamentos e demais recursos que auxiliam nestes processos que visam a garantia do direito à saúde para a pessoa idosa, se tornam de expressiva importância, tendo em vista que grande parcela da população idosa brasileira encontra-se em situação de vulnerabilidade social e mesmo aqueles que são assistidos pela previdência social por aposentadoria ou outro benefício, bem como, os assistidos pelo Benefício de Prestação Continuada, da Assistência Social, tendem diante do adoecimento, não conseguindo suprir suas necessidades de tratamentos, habilitação e reabilitação de saúde, devido ao alto custo dessas, principalmente, quando são de exigência continuada.

Outro marco jurídico-social alcançado pela pessoa idosa que deve ser considerado é a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, Lei N.º 2.528/2006, que representa um direcionamento à saúde deste segmento. Esta política tem como meta a atenção à saúde adequada e digna para os idosos e idosas brasileiras, principalmente para aquela parcela da população idosa que teve, por uma série de razões, um processo de envelhecimento marcado por doenças e agravos que impõem sérias limitações ao seu bem-estar.

A finalidade primordial da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa é recuperar, manter e promover a autonomia e a independência dos indivíduos idosos, direcionando medidas coletivas e individuais de saúde para esse fim, em consonância com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde. (BRASIL, 2006, p.10).

Portanto, salientamos a importância de uma política de saúde direcionada à Pessoa Idosa, levando em consideração que na realidade brasileira muitos idosos e idosas envelheceram sem o acesso aos recursos e cuidados para a saúde, fato este

que agrava consideravelmente o adoecimento na velhice e o próprio aumento na mortalidade dessa população.

Salientamos ainda a relevância da Política de Assistência Farmacêutica assegurada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que para a pessoa idosa que enfrenta problemas de adoecimento, se estabelece como importante mecanismo de saúde, essa política se torna essencial para o fortalecimento da adesão ao tratamento, redução dos gastos, promoção do uso racional dos medicamentos, redução dos problemas relacionados aos medicamentos, informações sobre a doença e seus agravos.

O acesso a medicamentos gratuitos assegurados pelo SUS garante uma melhor condição de vida para a pessoa idosa que sofre de doenças crônicas. Como já foi evidenciado, grande parte da população idosa enfrenta o envelhecimento como uma expressão da “questão social”, fato este que mantém estreita relação com o agravamento das condições de saúde na velhice. É neste sentido que a garantia de recursos relativos ao tratamento de saúde para a pessoa idosa favorece a ampliação de seu bem-estar.

Com o exposto, elucidamos que a pessoa idosa necessita ter mais acesso à todos as políticas, serviços e programas que lhe são de direito, para que possam alcançar uma saúde ampliada, sem prejuízo de qualquer benefício que lhe é concedido em lei. Historicamente, idosos e idosas que constituem a classe trabalhadora tiveram seus direitos suprimidos, o marco jurídico-social que abrange a saúde deste segmento é relativamente recente, fato este que afirma que na realidade brasileira, essa população teve seu processo de envelhecimento negado.

Tendo em vista as considerações feitas até aqui, evidenciamos que o direito à saúde é fundamental à pessoa humana, e, afirmar que a pessoa idosa deve, sem qualquer prejuízo, ter acesso à saúde, é justamente afirmar os direitos humanos fundamentais deste segmento social, entendendo que não se fica velho aos 60 anos, já que o envelhecimento é um processo natural que ocorre ao longo de toda a experiência de vida do ser humano, por meio de escolhas e circunstâncias e que o preconceito contra velhice se torna uma problemática social que nega o processo de envelhecimento e estabelece dificuldades para se pensar políticas específicas para esse grupo.

Neste sentido, no próximo item, apresentaremos o relato de experiência do projeto de intervenção intitulado de “Idoso informado é idoso protegido”, no sentido de contribuir, a partir das análises e reflexões realizadas, para a garantia do direito à saúde e ao acesso a medicamentos pela pessoa idosa.

4 RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE INTERVENÇÃO “IDOSO INFORMADO É IDOSO PROTEGIDO”

Com o intuito de enriquecer a discussão deste trabalho, e trazer dados importantes para o relato de experiência, buscamos explicar um estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que realizou um levantamento no 3º semestre de 2020, que trata do perfil das pessoas idosas com 60 anos ou mais no Brasil, mostrando que quase um quinto da população brasileira é composta por pessoas com 60 anos ou mais. Realizado com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é importante enfatizar que a pesquisa indica quantos ainda trabalham e o percentual de idosos que contribuem com 50% ou mais da renda do domicílio. Tendo como o diferencial deste ano, o indicativo que mostra a porcentagem dessa população que testou positivo para COVID-19.

Elucidamos a necessidade de conhecermos o perfil da população idosa brasileira, considerando indicadores importantes que refletem a realidade concreta desta população. O estudo do DIEESE mostra que dos cerca de 210 milhões de habitantes do país, 37,7 milhões de brasileiros possuem 60 anos ou mais. Desses, no levantamento nacional, 18,5% trabalham; 85% moram com outras pessoas; 21% moram com estudante; 75% contribuem com pelo menos metade da renda familiar; 26% estão em domicílios que receberam auxílio emergencial; 32% têm plano de saúde; 58% apresentam comorbidades; e 2,5% testaram positivo para a COVID-19.

Em relação ao Estado da Paraíba, o estudo mostra que a população idosa paraibana compõe o percentual de 672 mil, que representa 16,7 % da população do Estado; 16,3% trabalham, fato que remete refletir sobre a questão do capital estar ampliando o processo de exploração das pessoas idosas e a cerca do fato de que o trabalho se torna muitas vezes um complemento da renda familiar ou a principal renda, assim, a pessoa idosa acaba possuindo a necessidade de manter-se trabalhando; 87% moram com outras pessoas; 25% moram com estudante; 81% contribuem com 50% ou mais da renda do domicílio, fato que retrata a importância da renda da pessoa idosa para às famílias paraibanas, ainda é possível problematizar o desemprego dos indivíduos que moram com pessoas idosas, assim, fica sob responsabilidade dessas o provimento do lar; 36% estão em domicílios que recebem auxílio emergencial, fator que expressa a situação de vulnerabilidade social; 23% possuem plano de saúde, este indicador mostra que expressiva parcela da população idosa paraibana é usuária do SUS, evidenciando a importância do mesmo para a saúde deste segmento; 59% apresentam comorbidades, indicador importante para refletirmos à cerca das condições de saúde da pessoa idosa trabalhadora paraibana, mais da metade desta população sofre com agravos de doenças, fato que mantém relações com as condições de vida e de trabalho mantidas por elas durante todo o seu processo de envelhecimento; 2,4% testaram positivo para COVID-19, indicador importante para refletirmos à cerca da pandemia e suas implicações para a pessoa idosa, diante do contexto político brasileiro. Infelizmente, este segmento foi desrespeitado durante toda à pandemia com falas e ações do governo em poder, mostrando escancaradamente o descaso com a vida das pessoas idosas.

Com o exposto, buscamos adentrar propriamente no item de resultados e discussões, que apresenta a experiência da execução do projeto de intervenção intitulado “Idoso informado é idoso protegido: uma intervenção sobre o direito à saúde e o acesso a medicamentos na secretaria municipal de saúde de Juripiranga”. O projeto buscou, sobretudo, ampliar a informação a pessoa idosa sobre o direito a

saúde e o acesso a medicamentos, esclarecendo a importância do conhecimento acerca de direitos sociais da pessoa idosa que são garantidos por legislações específicas, através de políticas sociais e, especificamente, através do funcionamento do serviço de distribuição de medicamentos na secretaria municipal de saúde de Juripiranga-PB.

O projeto foi realizado no Programa Saúde da Família (PSF) IV, localizado na Rua Antenor Navarro. Como público-alvo, foi direcionado ao grupo Hiperdia, que destina ações sobre saúde para idosos do município que enfrentam doenças crônicas de hipertensão e diabetes. No tocante ao período de realização, o mesmo ocorreu entre a última semana do mês de Julho à segunda semana do mês de agosto do ano de 2022, durante a vigência da disciplina de Estágio Supervisionado em Serviço Social II e III, tendo como aporte metodológico a realização de rodas de conversa, palestra, diálogos, distribuição e socialização de materiais didáticos/informativos que enfatizem os direitos da pessoa idosa, especificamente o direito à saúde e o direito a medicamentos de forma gratuita. Em suma, este projeto dedicou-se a promover a ampliação do conhecimento da pessoa idosa acerca de direitos sociais por meio do acesso à informações.

A primeira atividade desenvolvida com o grupo de idosos do programa Hiperdia foi uma roda de conversa, devidamente realizada no dia 11 de agosto de 2022, tendo como tema abordado o conceito de envelhecimento como um processo composto por diversas dimensões e sua relação com o conceito de saúde. Esta primeira etapa foi dividida em 4 momentos, cuja execução foi de responsabilidade da discente estagiária e com apoio dos profissionais parceiros PSF IV e o Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF).

No primeiro momento da atividade, teve-se o início da intervenção com duas idosas, que foram as primeiras participantes a chegarem no local, as quais foram acolhidas com uma apresentação das responsáveis pelo projeto, além da apresentação delas, logo após, a discente estagiária e a Assistente Social expuseram o projeto e seu objetivo. A técnica utilizada foi a vivência em grupo e como instrumento pedagógico utilizou-se um poema que abordou o tema do envelhecimento/velhice.

No decorrer do projeto, especificamente no segundo momento, foi perguntado ao grupo o que eles entendiam por envelhecimento, alguns se pronunciaram falando que não sabiam explicar. Em seguida, foi explicado pela discente estagiária o conceito de envelhecimento como um processo da vida humana que se inicia desde o nascimento e que possui relações com as condições de vida e de trabalho que os indivíduos mantêm em toda sua trajetória. Em continuidade, foi perguntado se os participantes estavam compreendendo, sendo que, eles afirmaram que sim. Foi perguntado se existe em nossa sociedade um preconceito contra a velhice, todos afirmaram que sim.

Como forma de abordar o termo “velhice” falamos dos preconceitos que são enraizados no cotidiano de nossa sociedade, que contribuem para a própria negação da velhice, como se esta fosse um período desagradável da vida e até mesmo terminal. Neste gancho, falamos da heterogeneidade da velhice, como bem trata o próprio poema utilizado na atividade, que afirma que a nossa relação com o envelhecimento é singular e depende da nossa história pessoal e coletiva, que possui dimensão social, cultural e econômica.

Neste momento, podemos compreender que existe na sociedade capitalista uma ideologia por traz desse sentimento de negação e preconceito contra a velhice, que acaba por distanciar o processo de envelhecimento de sua condição de totalidade, portanto, o envelhecimento no tempo do capital vai sendo deteriorado, os

trabalhadores e trabalhadoras enfrentam um processo de aversão, tendo suas trajetórias de vida não consideradas. O trecho a seguir bem detalha essa questão:

A ideologia impregnada em nossa cultura apresenta um caráter de seleção, preconceito e discriminação, tidos no senso comum como normais. Desta forma, o envelhecimento não é visto em sua totalidade, como parte de um processo multidimensional da vida humana; assim, ao invés de homens e mulheres velhos serem vistos como experientes, vividos e sábios, devido a sua longa vida, são atrelados a um sistema de valores que elege a juventude como uma fase ideal, supervalorizada, que deve ser alcançada de qualquer maneira. (COSTA; COSTA; POLTRONIERI, 2017, p. 30)

No que diz respeito ao momento mencionado, foi possível observar que não existe uma única velhice, foi dado um exemplo prático como contribuição, sendo perguntado se a velhice de todos que estavam presentes era igual, todos responderam que não, assim foi absorvido que existem velhices, que afirmam as particularidades vivenciadas por cada pessoa.

Como forma de reflexão sobre a existência de múltiplas velhices e sobre o condicionante de classes sociais, podemos considerar a relevância do trecho:

se compararmos um indivíduo proveniente de classes sociais mais abastadas, com um percurso profissional intelectual, a um velho trabalhador rural dos sertões brasileiros, ainda que ambos tenham a mesma idade cronológica, dificilmente apresentarão a mesma idade biológica e social. O desgaste sofrido pelo trabalho manual intensivo e insalubre, durante toda a vida, reflete diretamente na condição de vida, suprimindo uma possível boa qualidade de vida e encurtando a sua existência. (COSTA; COSTA; POLTRONIERI, 2017, p. 27).

Já no terceiro momento da atividade, que teve como objetivo abordar a saúde do idoso, foi perguntado aos participantes o que eles entendiam por saúde. Foram observadas diversas respostas. Uma idosa relatou que ter saúde é ter sossego e poder fazer suas atividades do cotidiano de forma independente e poder andar. Outra idosa, relatou que ter saúde é ter liberdade, é poder se alimentar bem, é ter uma casa para morar, é poder viajar. Um outro idoso, relatou que ter saúde é ter fé, este mesmo idoso refletiu que devido ao trabalho pesado que se submeteu desde a infância, na velhice tem enfrentado doenças como hipertensão e problemas na coluna.

Em articulação com as falas, foi explicado que o conceito de saúde vai além daquele que muitas vezes é entendido estritamente como a ausência de doenças, a saúde bem como foi relatado por uma das participantes, e como defende a OMS, é resultado das condições de alimentação, habilitação, trabalho, lazer. Etc. Em continuidade, foi explicado que o adoecimento na velhice para o idoso trabalhador é uma problemática social na sociedade em que vivemos, como forma de trazer uma reflexão para os idosos. Neste momento, foi refletido o fato de que a atividade de trabalho possui grande influência sobre as condições de saúde em que se encontra a pessoa idosa.

Um dos idosos relatou que devido ao esforço físico no qual foi exposto durante sua trajetória de trabalho em uma usina de cana-de-açúcar da região, “perdeu sua saúde”, adquirindo asma e um problema neurológico que o causa tremores nas mãos. O relato gerou uma discussão sobre o trabalho na sociedade brasileira, que inúmeras vezes acarreta problemas de saúde para o trabalhador, que ao chegar na velhice, os enfrenta de forma mais aguda. Como técnicas abordadas teve-se a vivência em grupo

e em relação aos instrumentos foi utilizado um poema que trata do envelhecimento/velhice.

Como abordado na atividade, é comprovado que a sociabilidade a qual estamos inseridos, estabelece relações de trabalho que acabam por trazer desfechos na vida dos trabalhadores, afetando suas próprias condições de saúde, esta questão afirma que o mundo de produção capitalista em seu aspecto fundamentalmente desigual, gera para aqueles que produzem a riqueza social, a própria desvalorização de suas vidas. É possível refletir acerca dessa questão através do trecho:

As relações sociais ditadas pelo modo de produção capitalista em sua fase mais atual, a globalização ou a mundialização financeira, são condicionantes do processo de envelhecimento humano, diferenciando-se de acordo com a desigualdade imposta entre indivíduos e populações. (COSTA; COSTA; POLTRONIERI, 2017, p. 29).

Continuando a descrição da intervenção, o quarto momento constituiu-se pela finalização da atividade que se deu por meio de uma rápida síntese, em que foi recapitulado de forma simples e reflexiva o que foi discutido, para poder em diante dar continuidade às próximas etapas. Cabe evidenciar que foi perguntado se havia dúvidas, não havendo, foi finalizada a primeira etapa que igualmente aos outros momentos, teve como aporte a vivência em grupo e o poema que trata do envelhecimento/velhice.

Esta primeira etapa estava vinculada ao primeiro objetivo específico do projeto, que tratava de conscientizar a pessoa idosa sobre a compreensão acerca do processo de envelhecimento e sua relação com a saúde. Mesmo diante da limitação do tempo, foi possível alcançar esse objetivo de forma simplificada, de modo que os próprios idosos falaram um pouco de suas experiências.

Para esta etapa, traçou-se a meta de alcançar o desenvolvimento de conhecimentos para o idoso acerca do processo de envelhecimento como uma categoria que envolve múltiplas dimensões, não se tratando de um processo estritamente biológico, além de manter relação com a dimensão de saúde, ou seja, era pretendido desenvolver para o público idoso que o processo de envelhecimento influencia diretamente na condição de saúde e que esta não se trata apenas da ausência de doenças. Esta meta também foi, de forma simplificada, alcançada, sendo que os participantes demonstraram ter essa compreensão, alguns relataram o que era ter saúde e fizeram articulação com o processo de trabalho com o qual vivenciaram.

Esta primeira etapa do projeto teve seu desenvolvimento produtivo, entretanto, foi desafiadora tendo em vista que foi realizada em uma instituição parceira, fato este que dificultou a articulação necessária para a realização do projeto em semanas diferentes, ou seja, o projeto precisou ser realizado em um único dia, pelo fato de que o grupo de idosos só se reúne uma vez por mês, o que implicou na adoção da estratégia de executar as atividades no mesmo dia do encontro dos pacientes para assegurar a participação deles.

Entretanto, é cabível relatar uma dificuldade encontrada. Ao chegarmos na instituição, fomos informadas pela enfermeira profissional do equipamento, que as consultas médicas com o grupo tinham sido canceladas, desse modo, os idosos compareceram no PSF IV, mas logo após um tempo foram informados que não haveria atendimento com o médico. Essa intercorrência resultou no retorno dos idosos aos seus lares, no entanto, a mesma enfermeira do equipamento se comprometeu com a execução do projeto, solicitando a ajuda dos agentes de saúde para convidarem

os idosos a voltarem para o momento de palestra, o que surtiu efeito, já que os idosos foram chegando aos poucos, tornando possível a reunião deles.

Como mencionado, existiram desafios, mas pode-se afirmar que foi possível a realização de um momento de partilha de informações e conhecimentos com as pessoas idosas. Nesta primeira etapa foi possível realizarmos uma conversa, que de forma considerável engajou a participação do grupo, possibilitando uma discussão sobre o processo de envelhecimento, a concepção do conceito de velhice e sobre o conceito de saúde ampliada.

Com a atividade, pudemos compreender que o Assistente Social se constitui como um importante profissional que atua diretamente com o público idoso em diversos espaços socio-ocupacionais, sendo assim, refletimos que é de imensa relevância o Assistente Social se aproximar deste segmento com o intuito de criar possibilidades para momentos de reflexão sobre o envelhecimento do trabalhador idoso na sociedade capitalista.

Dando seguimento a execução do projeto de intervenção, tivemos a segunda atividade, foi realizada em 11 de agosto de 2022 com o mesmo grupo de idosos do programa Hiperdia. A atividade consistiu em uma roda de conversa, tendo como tema discutido os direitos legais conquistados pelo idoso na sociedade brasileira. Esta etapa foi dividida em 4 momentos, cuja execução foi de responsabilidade da discente estagiária e com apoio dos profissionais parceiros PSF IV e o Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF).

A segunda atividade desenvolvida com os idosos foi resultado da continuação da primeira atividade, tendo como primeiro momento, o desenvolvimento da abordagem sobre a questão de direitos sociais conquistados pela pessoa idosa no Brasil. Como forma de instigar a participação dos participantes, foi perguntado se o idoso possui direitos. A maioria participou, afirmando que sim. Neste momento, como técnicas abordadas, teve-se a vivência em grupo e como instrumentos a socialização de panfletos informativos.

Em seguida, no segundo momento desta segunda etapa, com o intuito de ampliar a participação dos integrantes, foi perguntado aos mesmos quais os direitos que o idoso possui na sociedade brasileira. Alguns citaram o direito ao atendimento preferencial, um idoso relatou uma experiência em uma agência bancária, na qual foi negado o seu direito de ser atendido primeiramente, em uma fila composta por pessoas mais jovens. Foi perguntado pela discente estagiária quais os outros direitos que eles poderiam citar, mas eles disseram que não sabiam quais os outros direitos que o idoso possui.

Desse modo, a Assistente Social os perguntou se um deles precisarem realizar alguma cirurgia em um hospital, se possuem o direito de ficarem com um acompanhante enquanto permanecerem internados. Todos afirmaram que sim, diante das respostas, foi perguntado pela discente estagiária se o idoso tem o direito a saúde, claramente afirmaram que sim. Como técnicas abordadas neste momento, teve-se a vivência em grupo e referente aos instrumentos, teve-se como aporte o panfleto informativo.

No terceiro momento desta etapa, continuando a dinâmica, foi perguntado ao grupo quem conhecia o Estatuto do Idoso e a Política Nacional de Saúde do Idoso. A maioria respondeu que não conheciam, somente uma idosa relatou que já ouviu falar do Estatuto do Idoso, mas não sabia do que se tratava. Com o intuito de apresentar ao grupo de forma geral o que representa o referido Estatuto e a Política de Saúde direcionada a pessoa idosa, foi distribuído um material que possui os principais trechos desses dois documentos para os participantes.

Em seguida, foi explicado que a pessoa idosa possui um marco legal de direitos sociais, que dentre esses, tem o direito a saúde pública de qualidade no Brasil e que por mais que estes documentos sejam recentes, eles possuem considerável importância para a pessoa idosa trabalhadora que devido a diversos fatores alcançaram a velhice em condições de adoecimento.

É importante refletirmos sobre a necessidade das políticas sociais e públicas na sociedade brasileira direcionada para a população idosa, tudo o que foi conquistado por este grupo, expressa respostas do Estado às mais diversificadas demandas surgidas com a agudização das condições de vida e de trabalho na ordem do capital, o próprio sistema capitalista possui a necessidade de criar meios de controlar e abrandar as insatisfações dos indivíduos com o principal objetivo de manter sua exploração e acúmulo de riquezas, neste sentido, destacamos o pensamento a cerca da efetivação desses direitos:

O Estado brasileiro cria as políticas públicas e sociais para atender às necessidades de subsistência e relacionais da população idosa, principalmente, aquelas que interessam ao desenvolvimento econômico e político do capital. Uma das características que se sobressai no tocante à velhice é a ênfase no acesso aos serviços principalmente, aqueles associados à seguridade social – de modo a promover o aumento do tempo da velhice ativa e independente, postergando os agravos de saúde que podem resultar no aumento da velhice dependente. (TORRES, 2020, p. 48).

Foi enfatizado para o grupo a importância de conhecerem os seus direitos e foi refletido acerca do fato de que mesmo existindo um Estatuto do idoso e uma política de saúde direcionada ao idoso, muitas pessoas idosas ainda os desconhecem, realidade que prova uma falha do Estado em criar meios de divulgação que possibilitem o acesso dessa população aos seus direitos, além dessa problemática esta associada a própria falta de oportunidade no acesso a educação formal. Neste terceiro momento, teve-se como aporte técnico a vivência em grupo e o panfleto informativo como instrumento.

O quarto momento foi configurado pela finalização da atividade, que se deu pela leitura de um trecho da Política Nacional de Saúde do Idoso que enfatiza que não se fica velho aos 60 anos, retratando o envelhecimento como um processo natural que ocorre em toda a experiência de vida do ser humano e que o preconceito contra a velhice e a sua negação pela sociedade colaboram para a dificuldade em se pensar políticas públicas para a pessoa idosa.

Por fim, foi perguntado ao grupo se alguém tinha alguma consideração a ser feita e se haviam entendido, o grupo afirmou que tinha compreendido as explicações e que foi importante a conversa sobre essas leis que os protegem. Este momento, igualmente aos os anteriores que constituem a segunda etapa, tiveram como aporte a vivência em grupo e a socialização do panfleto informativo.

Para esta atividade, tinha-se o objetivo de propagar a pessoa idosa, a sistematização de informações que lhe possibilitassem o conhecimento acerca do Estatuto do Idoso e da Política Nacional de Saúde do Idoso. Foi possível alcançar este objetivo com o grupo, tendo em vista que foi apresentado de forma geral informações que dizem respeito a esses documentos e a relevância deles para a pessoa idosa.

Para esta atividade a meta era alcançar a socialização de informações para a pessoa idosa acerca de direitos sociais alcançados ao longo dos anos, que resultam em conquistas e que afirmam que o idoso no Brasil por muito tempo não era considerado sujeito de direitos. Mesmo que de forma simplificada foi possível alcançar a meta, por meio de um momento de conversa com os idosos, que nos possibilitou o

entendimento de que eles não conheciam esses documentos que tratam justamente de seus direitos sociais, dentre eles, o do direito a saúde, que prevê uma política de saúde de qualidade que preza pela dignidade humana da população idosa.

No que diz respeito a avaliação desta segunda atividade realizada com o grupo de idosos, podemos depreender que, mesmo diante da limitação imposta pelo tempo, haja em vista que este momento precisou ser realizado em um único dia juntamente com as outras etapas e pelo fato da rotatividade do grupo, que chegou a situação de duas evasões, a atividade conseguiu ser realizada de modo a responder ao objetivo de possibilitar ao grupo a apresentação do Estatuto do Idoso e da Política Nacional de Saúde do Idoso.

Enfatizamos a importância do Assistente Social que atende diretamente o público idoso nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais, de trabalhar com essa população a afirmação de seus direitos sociais alcançados na sociedade brasileira. Tendo em vista que existe um preconceito contra a velhice que impede que os próprios idosos tenham a facilidade de aceitarem o envelhecimento e se reconhecerem como sujeitos de direitos.

Por fim, a terceira atividade foi constituída por uma palestra, devidamente realizada em 11 de agosto de 2022, abordando o tema do direito à assistência farmacêutica para o grupo de idosos do programa Hiperdia. Esta etapa foi dividida em 4 momentos, cuja execução foi de responsabilidade da discente estagiária e com apoio dos profissionais parceiros PSF IV e o Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF).

A terceira e última atividade realizada com os idosos, se constituiu como continuidade das atividades realizadas anteriormente. O primeiro momento da palestra teve-se como principal responsável a Assistente Social supervisora de campo, que iniciou sua fala abordando a questão do direito à medicamentos. A profissional apresentou o momento, relatando que em nossa sociedade existem programas e serviços que garantem o acesso a medicamentos de forma gratuita para a população que se encontra em condição de adoecimento. Referente aos recursos técnicos, teve-se a vivência em grupo e como instrumento um cartaz informativo/ilustrativo.

Em continuidade, no segundo momento da atividade, a profissional apresentou o programa Farmácia Popular do Brasil, explicando que o programa é uma iniciativa complementar na disponibilização de medicamentos prevista na Atenção Primária à Saúde, em parceria com farmácias e drogarias privadas. Foi explicado que o programa disponibiliza medicamentos gratuitos para o tratamento de diabetes, asma e hipertensão e, de forma subsidiada, medicamentos para o tratamento de outras doenças de perfil crônico e fraldas geriátricas.

Em seguida, foi apresentado pela assistente social o serviço da Farmácia Básica do SUS, que se constitui como o mais expressivo serviço que disponibiliza medicações inteiramente gratuitas de uso contínuo e de uso básico. Foi explicado que a Farmácia Básica Municipal é um centro de dispensação de medicamentos que tem como objetivo contribuir com a recuperação e preservação da saúde dos moradores da cidade. Para isso, conta com um elenco de substâncias medicamentosas voltadas para o tratamento dos problemas de saúde com maior incidência na população. Como técnicas utilizadas, teve-se a vivência em grupo e referente aos instrumentos, foi utilizado um cartaz informativo/ilustrativo.

Depois de ter explicado esses programas que compõem a política de assistência farmacêutica, no terceiro momento, a profissional do Serviço Social trouxe contribuições acerca do serviço em que atua na Secretaria Municipal de Saúde. Foi

explicado que na instituição, existe um serviço instituído pelo município que viabiliza medicações, dentre outros produtos para tratamento e promoção em saúde, que tem como objetivo viabilizar as medicações que não são fornecidas pela Farmácia Básica Municipal ou que estão em falta na mesma. A profissional explicou que é viabilizado não somente medicações de uso básico ou de uso contínuo, o serviço abrange também medicações de alto custo, como também, leites especiais para crianças e equipamentos como cadeiras de rodas e cadeiras de banho. Este terceiro momento teve como aporte técnico, a vivência em grupo e um cartaz informativo/ilustrativo como instrumento.

No quarto momento da atividade, a Assistente Social pediu a contribuição da discente

estagiária para fazer algumas colocações, desse modo, foi perguntado por esta aos participantes, se eles conheciam que o idoso tem direitos a medicamentos gratuitos, as respostas variaram. Alguns relataram que sabiam deste direito e que por serem hipertensos e diabéticos recebiam medicações nesses programas e serviços que foram apresentados, outros participantes relataram que não conheciam o serviço da Secretaria Municipal de Saúde, afirmando a importância de serem informados sobre ele.

Por fim, foi feita uma reflexão coletiva, os idosos afirmaram que apesar de serem aposentados, a aposentadoria não é suficiente para suprir com os custos dos medicamentos e tratamentos diversos. Refletimos que um medicamento de 150,00 reais representa mais de 10% de um salário-mínimo. Sintetizando, foi compreendido a importância de uma política de saúde direcionada ao idoso que constitui a classe trabalhadora, que devido a condições sociais e históricas enfrentada na velhice, muitas vezes não tem como custear o tratamento de determinadas condições. Como embasamento, técnico teve-se a vivência em grupo e a utilização de um cartaz informativo/ilustrativo como instrumento.

Para esta terceira atividade, o objetivo específico dedicava-se a garantir o acesso a informação sobre o direito a medicamentos gratuitos assegurados pelo SUS para a pessoa idosa e sobre o serviço de distribuição de medicamentos realizado pela Secretaria Municipal de Saúde de Juripiranga. Mesmo que de forma simplificada, a atividade conseguiu ser efetivada, atendendo o objetivo de trazer informações acerca dos programas e políticas do SUS de garantia de medicamentos e do serviço da Secretaria de Saúde instituído pelo município.

Para este objetivo tínhamos como meta, alcançar o desenvolvimento de conhecimentos para o idoso sobre o direito a assistência farmacêutica garantida pelo SUS e acerca do serviço de distribuição de medicamentos pela secretaria municipal de Saúde de Juripiranga que se configura como uma ampliação do acesso a medicamentos. Da mesma forma, foi possível alcançar esta meta, possibilitando ao idoso informações que tratam do direito à Saúde, que deve ser sempre reafirmado, tendo em vista que não faz sentido a pessoa idosa alcançar direitos sociais e não os conhecer, nem ter acesso aos mesmos.

Enfatizamos que esta terceira atividade foi desempenhada de forma eficiente, mas cabe evidenciar algumas dificuldades, por ter sido o último momento com o grupo, dois participantes já haviam se retirado e uma outra idosa começou a participar já no final do momento, para esta, a discente estagiária se encarregou de relatar ligeiramente a execução do projeto, sendo que a idosa conseguiu compreender e participou das discussões finais.

A atividade conseguiu cumprir com o objetivo e meta do projeto, se dedicando a fornecer informações ao grupo de idosos que os possibilitassem a ampliação de

seus direitos e o acesso a saúde. Com isso, verificamos a importância do Assistente Social, como profissional que atua na política de saúde e que atende o público idoso, no sentido de criar meios de ampliar discussões sobre a saúde da pessoa idosa, enfatizando os direitos que este segmento possui na sociedade brasileira, como forma de enfrentamento das artimanhas postas pela ofensiva do capital que oculta e suprime conquistas sociais alcançadas pelo conjunto dos trabalhadores.

Enfatizamos a necessidade de discutir o tema da velhice e do envelhecimento em nossa sociedade, pois compreendemos que essas categorias diante da dinâmica capitalista, aparecem para a população idosa que constitui a classe trabalhadora com configurações particulares e expressam as determinações impostas por esse meio de produção. Consideramos a veracidade do pensamento colocado pelas autoras:

Discutir velhices humanas significa apreender diferentes e desiguais processos de vida, considerando que a inserção de indivíduos e populações numa estrutura de classes condicionará seus processos de envelhecimento e velhice. Cabe, por exemplo, indagar: desde quando e como envelhecem pessoas da mesma geração, trabalhadores e trabalhadoras, no campo e na cidade? Desse modo, chegamos à constatação de que a longevidade não é um direito exercido por todas as populações em escala mundial. (PAIVA; SOARES; SANTOS. 2020, p. 76).

Em síntese, corroboramos que a atuação do Assistente Social com a pessoa idosa nos mais variados espaços sócio-ocupacionais deve se abrigar na concepção crítica-dialética e no projeto ético político profissional que se constituem como instrumentos norteadores de uma abordagem prática e ética compromissada com aqueles que historicamente sofreram opressão, exploração e supressão de direitos. Assim como bem é ressaltado no trecho:

Apesar do contexto adverso, nossas respostas profissionais às inúmeras demandas profissionais devem ter uma direção crítica com reforço da dimensão ético-política da profissão, da teleologia (finalidade), do planejamento e da ação. Imprimir a marca profissional nesses espaços requer o fortalecimento, a legitimidade e a implementação das orientações do PEP como guia das ações e dos objetivos profissionais, imprimindo uma autonomia relativa – dados os limites estruturais das condições de trabalho – , mas que é possível pela dimensão política da profissão e pela busca de pôr uma direção à ação profissional. (TEIXEIRA, 2017, p. 198).

O autor Coutinho (2011), em sua biografia sobre Gramsci, apresenta os principais pensamentos do autor marxista. Ressaltamos aqui o conceito de hegemonia, que para Gramsci possui direção político-ideológica fundada no consenso. Ou seja, a hegemonia é compreendida como uma luta, como uma direção da classe proletária, ela tem como fundamentação a destruição da hegemonia capitalista e a construção de um novo projeto societário, que só é possível quando se alcança a consciência de classe, quando existe um direcionamento ético-político.

É neste norte que Gramsci desenvolve o conceito de “cartase”, que expressa à passagem do determinismo para à liberdade, ou seja, a “cartase” é um processo sócio-histórico que expressa à passagem da “classe em-si” para à “classe para-si”, em que o homem passa a se reconhecer como ser coletivo, integrante de uma classe social, priorizando a luta coletiva, em prol da construção da sua hegemonia na sociedade.

Assim sintetizamos que bem como defende Gramsci, a classe trabalhadora precisa alcançar a sua hegemonia, esse é o caminho para se romper com as amarras postas pelo capitalismo e se construir uma sociabilidade em que vigora o poder dos

trabalhadores e trabalhadoras, com predominância dos princípios de igualdade, justiça e liberdade, constituindo desse modo, a verdadeira emancipação humana.

5 CONCLUSÃO

À partir do relato de experiência apresentado neste estudo, elucidamos os resultados obtidos por meio das atividades desenvolvidas com o grupo de idosos do programa Hiperdia do PSF IV da cidade de Juripiranga-PB. As três atividades que compuseram o projeto de intervenção, mesmo diante dos desafios levantados, puderam ser efetivadas produzindo efeitos significativos. A respeito da primeira atividade executada, que se deu por meio de uma roda de conversa, foi possível desenvolver para o público idoso, que o processo de envelhecimento influencia diretamente na condição de saúde e que esta não se trata apenas da ausência de doenças, os participantes demonstraram ter essa compreensão, sendo relatado por alguns o que significava ter saúde, fazendo articulação com o processo de trabalho com o qual vivenciaram.

Referente à segunda atividade realizada, que se constituiu por uma roda de conversa, foi possível possibilitar o conhecimento à cerca dos documentos do Estatuto da Pessoa Idosa e da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, por meio da socialização de informações para o grupo de idosos do programa Hiperdia, resultando no entendimento do grupo em relação a esses documentos que tratam de seus direitos sociais. No tangente à terceira atividade, que se constituiu por uma palestra, foi possível proporcionar ao grupo de idosos, informações a respeito do direito à saúde, resultando na socialização do conhecimento à cerca da Política de Assistência Farmacêutica.

Com as contribuições apresentadas no desenrolar deste trabalho, podemos considerar que o envelhecimento da população idosa trabalhadora é um fenômeno social que merece ser discutido, tendo em vista seus múltiplos aspectos diante da conjuntura capitalista. Procuramos nos debruçar, portanto, sobre a saúde da pessoa idosa trabalhadora e o tratamento dado pelo Estado através de políticas públicas e sociais a este segmento social.

Compreendemos que não é possível ignorar a extensão da transição demográfica que está em curso na sociedade brasileira, nas condições concretas de desigualdades sociais em que se encurrala, que acaba cada vez mais por impulsionar a população idosa na busca dos mais variados espaços sócio-ocupacionais de atuação do Assistente Social. É justamente diante deste fato, que verificamos a emergência do direcionamento do serviço social comprometido com as demandas da pessoa idosa.

Afirmamos que o serviço social vem tomando a temática do envelhecimento na perspectiva da totalidade, defendendo a abordagem do método histórico dialético que possibilita o rompimento da homogeneização a-histórica encarregada ao processo de envelhecimento e ao segmento idoso, como se o envelhecimento em seu aspecto biológico e demográfico fosse uma situação uniforme e as problemáticas sociais que atingem a população idosa que constitui a classe trabalhadora, fossem efetivas a todo o conjunto de pessoas idosas.

Isto posto, elucidamos que o envelhecimento em sua perspectiva de totalidade no serviço social, parte da questão da condição de classes que é capaz de fazer certa homogeneização dentro de uma mesma classe, pelas experiências e vivências de vida e de trabalho em comum, e diversificar entre as frações de classe, ademais, outros diferenciadores colocam o envelhecimento como categoria plural e múltipla.

Assim sendo, o presente trabalho se dedicou a abordar um relato de experiência da vivência de execução de um projeto de intervenção, colocando a

pessoa idosa trabalhadora em condição de adoecimento como protagonista, como grupo social que deve ser considerado como possuidor de direitos. O serviço social em afirmação ao seu projeto ético político profissional vai continuamente no processo de luta cotidiana, abrindo os tensionamentos trazidos pelo segmento idoso.

Salientamos que o acesso à informação pela pessoa idosa se constitui na atualidade como um considerável mecanismo de afirmação da cidadania dessa população, e bem como foi discutido no projeto de intervenção aqui exposto, idosos e idosas. substancialmente os que compõe a classe que vive do trabalho, no decorrer da vida cotidiana, sofrem com a falta de informações, e aqui elucidamos que essa falta de conhecimento é justamente relativa aos seus direitos.

Assim sendo, visualizamos que na sociedade burguesa, por mais que a classe trabalhadora tenha sido alvo do Estado nas últimas décadas referente às políticas públicas sociais, existe em contrapartida, obedecendo as contradições do capital, impedimentos contundentes para que este segmento não alcance seus direitos, um desses é a falta de informação e ou conhecimento acerca do próprio sistema de garantia de direitos, desse modo, a pessoa idosa neste cenário é colocada como alvo das artimanhas que ocultam a existência de toda a legalidade de políticas e serviços que contribuem para o beneficiamento social do trabalhador envelhecido.

Neste sentido, nos permitimos refletir acerca do fato de que o desconhecimento do direito à saúde por parte da pessoa idosa, se torna uma problemática social degradante, que faz com que esse público não tenha alcance aos meios de promoção, prevenção e reabilitação em saúde fornecidos pelo SUS, este fato infringe sobre a própria cidadania da pessoa idosa. Faz-nos perceber que diante da lógica capitalista neoliberal, é viável que os indivíduos não tenham acesso aquilo que lhe são de direito.

O princípio de cidadania no capital, logo é esvaziado, cabe-nos pensarmos sobre a importância dos indivíduos de conhecerem os direitos humanos e sociais que possuem na sociedade brasileira, como forma de resistir aos não poucos processos de refutação desses: Logo, enfatizamos a necessidade de que, para que se tenha a ampliação da cidadania defendida e proposta pelas políticas de atenção e proteção à pessoa idosa na realidade brasileira, e como forma de minimizar o atual reflexo do sucateamento que vem sofrendo o SUS que agrava o processo de precarização do atendimento nos espaços de saúde, é imprescindível que as instituições tomem iniciativas que busquem melhorar a capacitação dos profissionais no que diz respeito a socialização de informações que tratam da políticas de saúde em seu sentido mais abrangente.

Em vista de todas as considerações abordadas neste trabalho, e em sentido de desfecho, ressaltamos a relevância da pesquisa sobre o envelhecimento e saúde da pessoa idosa trabalhadora, como também do enfoque no direito de conhecer e ter acesso à informação sobre às políticas de saúde existentes em nossa sociedade, pois, sabe-se que há existência dessas, afirma o compromisso com as demandas das classes subalternas, o serviço social em seu processo histórico de resistência, precisa incessantemente criar possibilidades de ampliar o acesso da pessoa idosa às políticas sociais, projetos e serviços que lhe são de direito, através da organicidade de informações.

A temática do envelhecimento com enfoque na saúde da pessoa idosa, deve ser maximizada nos estudos do serviço social, tendo em vista todos os acontecimentos na conjuntura atual que tem colocado este segmento em notoriedade, não podemos desconsiderar todo o processo de desrespeito com a vida de milhões de idosos e idosas no Brasil em tempos de pandemia. O governo fascista e ultraneoliberal sobretudo, negou a dignidade da pessoa idosa, atentando sobre sua

própria vida, assim, atestamos para mais obras que se dediquem à discutir as velhices humanas, à velhice do trabalhador idoso e os condicionantes impostos pelo capital para que o envelhecimento se torne uma expressão da “questão social”.

O serviço social como profissão compromissada com aqueles que historicamente são os responsáveis por produzir a riqueza social, em sua atuação com a população idosa, deve atentar-se na luta pelos direitos dessa, na construção da sua autonomia, o assistente social precisa olhar para o envelhecimento, compreendendo que as expressões da “questão social” ao qual os aflige, resulta no processo de exploração vivenciado na ordem do capital e somente através da derrubada desse sistema, é possível romper com todas as formas de exploração, opressão e desigualdades. Olhar para o velho trabalhador, deve significar, olhar para o conjunto da classe trabalhadora que envelhece com problemas de saúde, sem ao menos conhecer a estrutura que está por trás de seus anseios.

REFERÊNCIAS

ALVES, Suellen Bezerra. O envelhecimento do trabalhador no Brasil: reflexões sobre o direito à proteção social no capitalismo periférico. RCJ – **Revista Culturas Jurídicas**, Niterói, v. 2, n. 4, p. 132-145, 24 de março de 2016.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1990.

BRASIL. **Lei n. 8.842, de 4 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília (DF), 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.528, de 19 de outubro de 2006**. Dispõe sobre a aprovação da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa [legislação na internet]. Brasília; 2006. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528_19_10_2006.html, acesso em 30/07/2022.

BRASIL. **Lei nº 14.423, de 22 de julho de 2022**. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Brasília, 2022.

BUENO, Érica. Envelhecer na Sociedade Contemporânea e o Serviço Social: perspectiva do trabalho profissional em rede de atenção à saúde da pessoa idosa. *In*: 16º CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, XVI, 2019, Brasília. **Anais**, Brasília: 2019. p. 2-8.

COSTA, Denise Gisele; COSTA, Joice Sousa; POLTRONIERI, Cristiane de Fátima. Envelhecimento e velhices: heterogeneidade no tempo do capital, *In*: COSTA. Joice Souza, et al (Orgs.). **Aproximações e ensaios sobre a velhice**. São Paulo: CULTURA ACADÊMICA, 2017, cap. 1, p. 20-34.

COSTA, Fabianni. Et al. Responsabilização da Família no cuidado à Pessoa Idosa: breve reflexão sobre o conteúdo da legislação brasileira, *In*: COSTA. Joice Souza, et al (Orgs.). **Aproximações e ensaios sobre a velhice**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017, cap. 3, p. 52-65.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O leitor de Gramsci**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2011. (p.13-39).

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da Velhice**: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Universidade de São Paulo: Fapesp, 1999.

DIEESE. Perfil das pessoas com 60 anos ou mais.2020. São Paulo: DIEESE. 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2020/graficosPerfilldosos.pdf>.

ESCORSIM, Silvana Maria. O envelhecimento no Brasil: aspectos sociais, políticos e demográficos em análise. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 142, p. 427-446, set./dez. 2021.

FALEIROS, V. de P. Envelhecimento no Brasil do Século XXI: transições e desafios. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 6, n.1, p. 6-21, jan./jun. 2014.

FALEIROS, V. de P. Cidadania e direitos da pessoa idosa. **Ser Social**, Brasília, n. 20, p. 35-61, jan./jun. 2007.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Envelhecimento ativo**: uma política de saúde. Brasília: DF: Organização Pan Americana de Saúde, 2005.

PAIVA, Sálvea. Et al. Desigualdade, Envelhecimento e Saúde no tempo de contrarreformas: da Magnitude à Desproteção Social no Brasil. **Revista Kairós-Gerontologia**, São Paulo (SP), n. 24, p. 65-82, 2021.

PAIVA, Sálvea; SOREAS, Nanci; SANTOS, Maria Florência do. O serviço social e a gerontologia social: elementos para pensar a pesquisa e a instrumentalidade, In: TEIXEIRA, Solange (Org.). **Serviço Social e envelhecimento**. Teresina: EDUFPI, 2020, cap. 3, p. 74-102.

NETTO, Paulo J. **Introdução ao estudo do método da Teoria Social**. 1. Ed. São Paulo: Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais, 2011. V. 1. P. 01-37.

SANTOS, Milena; NASCIMENTO, Michelli. O Envelhecimento na Sociedade Capitalista: entre o social e o econômico. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 20, n. 39, p. 163-176, jan./jun. 2020.

SOARES, Nanci; POLTRONIERI, Cristiane; COSTA, Joice. Repercussões do envelhecimento populacional para as políticas sociais. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 6, n. 1, p. 133-152, jan./jun. 2014.

SANTANA, Juliana Aguiar. Envelhecimento populacional e política de saúde: contribuições para a reflexão acerca dos desafios que o processo de envelhecimento populacional traz para a definição da agenda da política de saúde pública brasileira. **Vértices**, Campos dos Goytacazes/RJ, v.14, n.3, p. 85-101, set./dez. 2012.

TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento do trabalhador e as tendências das formas de proteção social na sociedade brasileira. **Argumentum**, Vitória, v. 1, n. 1, p. 63-77, jul/dez. 2009.

TEIXEIRA, Solange Maria. Serviço Social e envelhecimento: perspectivas e tendências na abordagem da temática, In: COSTA. Joice Souza, et al (Orgs.). **Aproximações e ensaios sobre a velhice**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017, cap. 12, p. 193-209.

TORRES, Mabel Mascarenhas. O trabalho da assistente social com pessoas idosas: competências e demandas em debate, In: TEIXEIRA, Solange (Org.). **Serviço Social e envelhecimento**. Teresina: EDUFPI, 2020, cap. 2, p. 46-73.

VIEIRA, Gilson. Et al. O conhecimento da pessoa idosa sobre seus direitos de acesso ao cuidado em saúde. **Cienc Cuida Saude**, Campinas São José, v. 14, n. 4, p. 1528-1536, out/dez. 2015.

ANEXOS – FOTOS DA EXECUÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

